



A PRODUÇÃO DE MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A PARTIR DE 1930 NO BRASIL: PROBLEMATIZANDO OS ELEMENTOS QUE ESTRUTURAM E ORGANIZAM OS OBJETOS PARA SUBSIDIAR OS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Roberlayne de Oliveira Borges Roballo – UFPR

Resumo: Este trabalho é resultado da investigação historiográfica sobre os manuais de História da Educação (HE) que serviram de suporte para os cursos de formação de professores, a partir de 1930, no Brasil. Os manuais escolhidos foram editados pela Companhia Editora Nacional entre 1933 a 1977, pertencendo à “Coleção Atualidades Pedagógicas”, no âmbito do projeto editorial intitulado “Biblioteca Pedagógica Brasileira”. A perspectiva metodológica utilizada visa analisar alguns elementos que quando combinados, ajudam a elucidar os caminhos de publicação, divulgação e circulação dos manuais de HE, sendo estes: a editora, a coleção, os editores e o movimento das edições. Significa dizer, que os manuais de HE, assim como ressalta Chartier (1990), são *objetos em circulação*. Em outros termos, o objetivo deste trabalho é decifrar elementos que fundamentam os processos de produção dos manuais. Por meio desta pesquisa, concluímos que os manuais de HE, resultantes de seus processos de produção, manifestam a sociedade, a cultura e a pedagogia que contribuem para a memória da formação docente e para a própria história da HE.

Palavras-chave: Produção de manuais escolares; Manuais de História da Educação, Formação de Professores.

Livros escolares e manuais de História da Educação

O livro escolar, na medida em que se configurou como bem de consumo, tornou-se o texto impresso de maior circulação, a partir da segunda metade do século XIX, no Brasil. Considerado um *primo pobre* da literatura, porém, *primo rico* das editoras, como enfatizou Lajolo e Zilberman (1996), pode não ser tão sedutor como o livro de literatura, porém, sua utilização tem sido inevitável em todas as etapas de escolarização de um indivíduo, sendo “cartilha” quando dos processos de alfabetização, “seleto” quando da aprendizagem de determinada tradição literária e “manual” quando da profissionalização adulta ou do conhecimento das ciências (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 121).

Portanto, este *primo pobre de ascendência nobre* é uma fonte poderosa de conhecimento da história dos rumos educacionais de determinada sociedade, que por intermédio de sua trajetória de publicações e leituras, possibilita entender o desenvolvimento e a capacitação profissional destinada a indivíduos de um país (LAJOLO; ZILBERMAN,

1996). Configura-se como um produto diferenciado, por possuir estratégias textuais e editoriais destinadas à escola, deixando ler as marcas de determinadas prescrições, os destinatários que se pretende atingir por autores e editores, criando registros de memória carregados de uma determinada cultura escolar.

A história do livro e da edição escolares se insere na história cultural, associada à constituição de uma sociedade letrada, e de modo particular, apresentando peculiaridades à história educacional pelo estabelecimento de vínculos com a escola. Aliás, a existência do livro escolar está vinculada aos sistemas educacionais que são estabelecidos pelo Estado, o que torna as condições de sua produção análogas aos demais livros.

Os livros escolares, neste sentido, em conjunto com outros artefatos (quadro-negro, caderno escolar, etc.), compõem uma diversidade material que marca uma nova forma do *fazer* escolar e um novo *olhar* para a história da escola, da *educação*. Estes artefatos fazem parte da cultura material escolar que passou a ser objeto de estudos da História da Educação nos últimos anos devido a sua interlocução com a Nova História Cultural e, respectivamente, da preocupação de historiadores em preservar estes materiais enquanto fontes de pesquisa e memória educacional.

A ampliação e transformação do mercado de material escolar, especialmente do livro escolar, na Europa e América, se intensificaram na segunda metade do século XIX. No Brasil, particularmente, a década de 1890 foi marcada pelo grande desenvolvimento da indústria gráfica, sendo que várias tipografias e litografias dedicavam-se à impressão de periódicos e de impressos comerciais “(rótulos, folhetos, cartazes, cartões-postais e de visita, etc.)”, além do aumento da circulação de jornais e da eclosão de outros gêneros textuais, como as revistas (RAZZINI, 2005, p. 105). As editoras expandiram seus negócios, abrindo filiais e ampliando a rede de representantes.

No início do século XX, dois terços da produção editorial brasileira era constituída de livros escolares, segundo Galvão e Batista (2009) de acordo com Abramo (1971). Na consolidação editorial do Brasil, a partir do período republicano, a Editora Francisco Alves (fundada em 1854) tornou-se o principal espaço editorial a publicar estes livros (nas cinco primeiras décadas do século XX), seguida por suas principais concorrentes: Editora Melhoramentos (1915) e Companhia Editora Nacional (1925) (HALLEWELL, 2005). Tanto a Francisco Alves, como a Companhia Editora Nacional, possuíam um catálogo que se sustentava, sobretudo, pela presença dos livros didáticos, tornando-se as maiores responsáveis pela própria constituição do campo editorial, bem como pela profissionalização do setor.

A crescente utilização de livros escolares, principalmente a partir das décadas de 1920 e 1930, acompanharia as novas perspectivas em relação aos currículos que se tornaram evidentes na reorganização da instrução pública nos Estados brasileiros. Em 1920, o Brasil viveria tensões e conflitos provocados pelos processos de urbanização e industrialização. Dentre os vários aspectos e eventos que contribuíram para a efervescência reinante no país, as teorias pedagógicas consideradas progressistas no meio educacional, formuladas por americanos e europeus, começam a exercer fascínio nos educadores brasileiros.

Estas novas ideias passam a permear as reformas educacionais promovidas em todo o Brasil, por isso, novas perspectivas em relação ao currículo se evidenciaram na reorganização da instrução, e, em 1930, sob um contexto de reformas, as reformulações empreendidas nos currículos, substancialmente nos currículos dos cursos de formação de professores, provocariam mudanças significativas no campo editorial brasileiro. As editoras comerciais passaram a investir em literatura educacional, abrindo frentes de produção de livros voltados para “o currículo específico de formação profissional do professorado, com disciplinas como didática, psicologia, biologia educacional, sociologia educacional, história e filosofia da educação, entre outras.” (TOLEDO, 2001, p. 52). Além do que, sob a influência dos discursos dos renovadores da educação, esta década seria particularmente determinante e fértil na criação de bibliotecas escolares e de bibliotecas infantis. Os livros se tornaram importantes instrumentos para a modelagem da prática pedagógica e do discurso dos professores, um instrumento que passou a compor e configurar o campo pedagógico.

Os livros escolares passaram a auxiliar nos processos de formação, revelando o anseio por renovação educacional aliado aos ideais de aprimoramento profissional dos futuros professores. Especialmente no caso dos livros de História da Educação (HE), destinados à formação de professores, optou-se aqui por denominá-los *manuals escolares*, à medida que *texto* e *forma* correspondem aos temas previstos para o ensino de uma disciplina formadora pertencente aos currículos de formação docente.

De acordo com Batista¹ (2009), a produção de livros escolares no Brasil pode ser classificada a luz de quatro categorias propostas por Alain Choppin: os manuais e seus satélites, as edições clássicas, as obras de referência e as obras paraescolares ou paradidáticas. Destas categorias, a mais precisa e elementar para este trabalho diz respeito à dos manuais e seus satélites, porque são os utilitários da sala de aula, sendo “concebidos na intenção, mais ou menos explícita ou manifesta segundo as épocas, de servir de suporte escrito ao ensino de uma disciplina no seio de uma instituição escolar.” (BATISTA, 2009, p. 50).

Assim, passou-se a considerar as obras de HE manuais por excelência, porque são textos peculiares, desenvolvidos de acordo com programas oficiais voltados às questões educacionais. Estes livros apropriaram-se de diversos conteúdos, adequando-os a um texto de claro entendimento, a fim de explicar questões relativas ao passado da escola e da educação, além de propiciar a fundamentação das aulas dos professores dos cursos de formação docente.

Dessa forma, optou-se por pesquisar manuais de HE que mesmo sendo editados primeiramente em diferentes períodos e países, seriam posteriormente (re)editados e utilizados nos cursos de formação de professores do Brasil. Uma escolha que se tornaria difícil, à medida que havia uma gama significativa de manuais estrangeiros e também de novos manuais nacionais circulando no país, desde 1940. Porém, após pesquisas realizadas, observou-se com atenção que a Companhia Editora Nacional (CEN), seria uma das maiores (senão a maior) editora a publicar manuais de HE no Brasil, dando a ler publicações de títulos brasileiros e estrangeiros, de títulos novos e de reedições. Portanto, a escolha recaiu sobre os manuais de HE publicados pela CEN, que desde seu início priorizou sua produção sobre livros escolares e também livros de literatura e de poesia.

Foram publicados onze manuais de HE na Coleção Atualidades Pedagógicas (CAP) que durou, sob o selo da CEN, 47 anos, sendo eles:

- “Noções de História da Educação” (vol.5), de Afrânio Peixoto;
- “História da Educação” (vol.34), de Paul Monroe;
- “Noções de História da Educação” (vol.43), de Theobaldo Miranda Santos;
- “A pedagogia contemporânea” (vol.53), de Lorenzo Luzuriaga;
- “História da Educação e da Pedagogia” (vol.59), de Lorenzo Luzuriaga;
- “História da Pedagogia” (vol. 66), de René Hubert;
- “História da Educação Pública” (vol.71), de Lorenzo Luzuriaga;
- “Pedagogia Geral” (vol.75), de J. Leif e G. Rustin;
- “Pedagogia social e política” (vol.77), de Lorenzo Luzuriaga;
- “A Educação Secundária” (vol.94), de Geraldo Bastos Silva;
- “Tratado das Ciências Pedagógicas/História da Pedagogia” (vol. 114, n.2), de M. Debesse e G. Mialaret.

É importante salientar que o fundo de edições da CEN, em 1939, já se encontrava praticamente todo organizado na forma de coleções, que se definiam de acordo com o público que se pretendia atingir. Cada coleção da CEN ganhou um diretor especializado no assunto, que passaria a acompanhar atentamente os movimentos do mercado e a selecionar os

“manuscritos adequados e perceber, pelo conhecimento das práticas culturais em torno dos leitores visados, as novas possibilidades de expansão do livro naquela determinada fatia do mercado” (TOLEDO, 2001, p. 55). Por isso, ao convidar Fernando de Azevedo para dirigir a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), a CEN acabou por constituir sua identidade com as propostas de publicação do novo editor e, por conseguinte, uma imagem perante a clientela.

A BPB foi lançada para atingir um vasto público de diferentes idades e diferentes interesses, sendo composta por cinco séries: 1 – Literatura Infantil; 2 – Livros Didáticos; 3 – Atualidades Pedagógicas (CAP); 4 – Iniciação Científica; 5 – Brasileira.

Nesta estruturação, a CAP passou a publicar livros para serem divulgados em diferentes espaços sociais, principalmente nas escolas de formação de professores, tendo por objetivo aperfeiçoar cultural e profissionalmente os professores e, por função ser larga ofensiva de renovação educacional, nas palavras de seu primeiro diretor, Fernando de Azevedo. A coleção permaneceria durante décadas no cenário editorial brasileiro, auxiliando os currículos de profissionalização docente, bem como fazendo circular uma quantidade significativa de manuais de HE destinados a atender esta demanda.

Nesta perspectiva, propomo-nos analisar a seguir por que e como ocorreram os processos de produção dos manuais de HE para subsidiar os cursos de formação de professores brasileiros, levando em conta alguns elementos que quando combinados, ajudam a elucidar os caminhos de publicação, divulgação e circulação dos manuais, sendo estes: *a editora (CEN), a coleção (CAP), os editores (Fernando de Azevedo e Damasco Penna), e o movimento das edições.*

No contexto de mudanças educacionais ocorridas a partir de 1930: a publicação dos manuais de História da Educação

Nos anos de 1920, ocorreu a promoção do desenvolvimento da indústria editorial por meio de agentes que buscavam mudança cultural e educacional no Brasil. Entre estes agentes, destacar-se-ia o escritor e advogado Monteiro Lobato, que exerceu um papel fundamental tanto na transformação da indústria editorial, como também permitiu “que o movimento educacional entrasse nos programas de edição de suas editoras” (TOLEDO, 2001, p. 15).

Monteiro Lobato fundou um grande empreendimento, a Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato, importando equipamentos gráficos e expandindo o negócio editorial. Em alguns anos, a empresa de Lobato iria à falência, contudo, sua experiência o levaria a criar uma nova, a CEN, fundada em 1925, em parceria com Octalles Marcondes Ferreira e seus irmãos. Lobato permaneceu na CEN até 1929, vendendo suas ações para pagar dívidas. Com

sua saída, seu ex-auxiliar e sócio, Octalles Marcondes Ferreira, viria a transformar a CEN em uma das maiores editoras brasileiras.

Tendo como uma das principais prioridades a produção de livros voltados à literatura educacional, o crescimento inicial da CEN se deu com o desenvolvimento do ensino secundário após 1930. Neste período, com a instituição do Ministério da Educação e Saúde, ocorreu a expansão do ensino secundário e o seu desenvolvimento seria ocasionado devido às mudanças curriculares proporcionadas pela Reforma Francisco Campos, em 1931.

Frente a um mercado escolar em crescimento a partir da década de 1930, a expansão da CEN não se deu apenas com a ampliação do interesse pelo livro nacional, mas, pela difusão do mercado para novos leitores, como *as mulheres*. E, por meio da oferta de novos gêneros, como os manuais de HE, a CEN passou a cingir um *novo* grupo – de futuras professoras (e seus professores) – que não consumiam, até então, esta mercadoria.

Destarte, uma das propostas de renovação que surgira na CEN, seria a BPB idealizada por Fernando de Azevedo, em 1931. Além de fundar e dirigir a BPB, Azevedo também assumiu a direção de uma das coleções do projeto, a CAP, até 1945. Após 1945, o editor Fernando de Azevedo deixou a direção da CAP, sendo substituído por João Baptista Damasco Penna, em 1946. Penna tornou-se tanto diretor da CAP (até 1978), como da *Coleção Iniciação Científica* (também idealizada por Fernando de Azevedo).

O nome do organizador da coleção, ou do editor, passou a funcionar como uma espécie de propaganda dos textos a serem publicados. É importante ressaltar que o editor tem grande importância na história do livro. Chartier (1999a, p. 50) escreve que mesmo sendo variável, desde a Antiguidade, a Idade Média, o Antigo Regime até a época contemporânea, há leitores, há autores, e de certo modo há editores.

Na CEN foi conferida autoridade ao organizador da coleção para selecionar títulos e autores necessários, além de poder vincular seus projetos às coleções. O editor geral ao delegar a administração das coleções aos diretores especializados garantia a pesquisa de livros adequados ao público visado, permitia a homogeneização dos textos, garantia que as formas materiais da coleção fossem adequadas com os usos aos quais se destinava e controlava os lugares de difusão do livro e seus impactos.

Assim, a BPB iniciou sua produção sendo marcada pelo movimento educacional ligado ao grupo de Fernando de Azevedo, que trouxera para a editora, os discursos, os artigos, os livros, da *hoste* dos renovadores. Este projeto reforçou também a autorrepresentação da editora como “agência educadora da nação, à medida que é obra editorial de renovação do livro didático, para todos os graus de ensino, e difusão de cultura, em todos os setores de

conhecimento.” (TOLEDO, 2001, p. 72). A BPB e a CAP são propostas por Azevedo como continuidade da Reforma 1927 do Distrito Federal. E, por sua vez, a nova Reforma do Distrito Federal realizada por Teixeira como continuidade da reforma de Azevedo.

Neste itinerário, a CAP lançou 134 volumes com temáticas educacionais diversas, 89 autores e várias reedições. O primeiro volume da CAP foi “Novos Caminhos e Novos Fins”, de Fernando de Azevedo, publicado em 1931, e o último volume “A não diretividade”, de Lucien Brunelle, publicado em 1978.

A CAP possuía uma dinâmica própria de publicações. E, particularmente no caso dos manuais de HE, apenas três obras (entretanto, importantes) foram publicados durante a gestão de Fernando de Azevedo: “Noções de história da educação” de Afrânio Peixoto, “História da Educação” de Paul Monroe e “Noções de história da educação” de Miranda Santos. Mas, sob a direção de Damasco Penna foram publicadas oito obras referentes ao tema. Logo, do total de títulos publicados pela CAP, entre 1931 e 1939, apenas 5% são de obras relativas à HE, mas, entre 1940 e 1950, a HE obteve 8% de títulos publicados.

O primeiro manual de HE a ser publicado, as “Noções” de Peixoto, teve as três edições publicadas apenas durante a gestão de Azevedo (1933, 1936, 1942). Em contrapartida, dentre as 19 edições do manual “História da Educação” de Paul Monroe, apenas uma foi publicada durante a gestão de Azevedo (1939), as demais tornar-se-iam parte da coleção permanente – “padrão azevediano”, sendo publicadas na gestão de Damasco Penna (1946, 1952, 1953, 1956, 1958, 1968, 1969, 1970, 1972, 1974, 1976, 1977, 1978, 1979, 1983, 1984, 1985 e 1987), tendo larga tiragem, aproximadamente 90.000 exemplares.

A obra de Miranda Santos “Noções de história da educação”, teve a primeira edição publicada na gestão de Azevedo (1945), a segunda edição (1948) na de Damasco Penna, e as demais reedições (1951, 1952, 1954, 1955, 1957, 1958, 1960) foram publicadas na coleção do próprio Miranda Santos: “Curso de Psicologia e Pedagogia”, que agrupava diferentes obras deste professor.

As outras obras referentes à HE, publicadas pela CAP: “A pedagogia contemporânea” (1951), “Pedagogia social e política” (1960), “História da Educação e da Pedagogia” com dezoito edições, “História da Educação Pública” (1959), todas de Lorenzo Luzuriaga; “História da Pedagogia” de Rene Hubert (1957, 1967, 1976); “Pedagogia Geral” de Leif e Rustin (1960, 1968); “A Educação Secundária” de Geraldo Bastos Silva (1969); “Tratado das Ciências Pedagógicas: História da Pedagogia” de Maurice Debesse e Gaston Mialeret (1977); fizeram parte da gestão de Damasco Penna.

Destaque para o manual de Luzuriaga “História da Educação e da Pedagogia” publicado em: 1955, 1963, 1967, 1969, 1971, 1972, 1973, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1982, 1983, 1984, 1985, 1987, com uma tiragem de aproximadamente 80.000 exemplares, assim como o manual de Monroe, denominado “História da Educação”. E, a obra de René Hubert “História da Pedagogia”, que com apenas três edições (1957, 1967, 1976), obtivera tiragem de 30.000 exemplares (aproximadamente), sendo 15.300 reimpressos para a 3ª edição de 1976.

É importante observar que o manual de Hubert obteve uma tiragem significativa, 15.300 exemplares no ano de 1976. O manual de Monroe em 1958 obteve tiragem significativa de 7.940, que se ampliou em 1972 (8.934) e em 1979, chegou a 10.000 exemplares. Porém, a partir da década de 1980, o manual de Monroe sofreu uma queda nas tiragens. O manual de Luzuriaga, na década de 1970, especificamente em 1972, obteve tiragem significativa de 7.991 exemplares, e na década de 1980, ao contrário de Monroe, continuou com uma boa tiragem, chegando em 1984 a atingir 6.683 exemplares.

Ao retornar a análise no período que marcou o início da produção de manuais de HE destinados aos cursos de formação de professores no Brasil (1930), observa-se que os dois manuais lançados pela CAP: a obra inédita de Afrânio Peixoto e a obra traduzida de Paul Monroe estavam em consonância com as reformulações empreendidas nos cursos de formação de professores e com os debates na esfera educacional que rogavam por renovação e remodelação nas formas de atuação dos professores.

Na fase inicial da CAP, objetivando a publicação de livros para o aperfeiçoamento de professores, o editor Fernando de Azevedo acabou por alocar na coleção um manual de HE brasileiro e um proveniente dos Estados Unidos, imprimindo assim uma rede de relações entre o nacional e o internacional. Possibilitou também, o início de um processo de *diversificação* de autores e de propostas de estudos sobre a HE. Esta afirmativa pode se confirmar, à medida que os dois títulos (de Peixoto e Monroe) obtiveram larga tiragem no Brasil, fazendo supor que suas utilizações se deram em vários programas de ensino das escolas normais.

Especialmente em 1940, a CAP sofreu uma queda abrupta em termos de publicação de novos volumes, passando de seis lançamentos para nenhum, a que tudo indica pode ter ocorrido em parte, pela crise no mercado de importação de papel ocasionada com o início da II Guerra Mundial. Em 1941, 1942 e 1943, a coleção lançou apenas um livro por ano e em 1944, nenhum novo título. Entre 1945 e 1946 (os dois últimos anos de Azevedo à frente da CAP), foram editados três lançamentos/ano, sendo dois deles de Miranda Santos. De certa forma, neste período, a coleção recupera-se em relação ao número de livros produzidos,

porém, apenas um manual de HE possui uma primeira edição publicada pela CAP: “Noções de História da Educação” de Miranda Santos, em 1945.

Sob a direção de Damasco Penna, alguns manuais deixam de apresentar em seus títulos a HE passando a incidir sobre a HP, pedagogia geral, pedagogia contemporânea e educação secundária. Contudo, apesar de apresentarem mudanças nos títulos, os manuais manter-se-iam congêneres, privilegiando em seus textos o passado das diferentes civilizações, das instituições educativas, bem como, mostrando a evolução das ideias pedagógicas, os filósofos, psicólogos, educadores, teóricos em geral do passado que produziram teorias educacionais.

O que chama a atenção é que a partir de 1950, com Damasco Penna a frente da CAP, abriu-se uma frente diversificada e *internacionalizada* de publicações de manuais de HE (7 novos títulos estrangeiros e 1 nacional). Constatou-se também, que as décadas de 1950 e 1960 são significativas pelo número de novos manuais de HE publicados pela CEN, como demonstrado no GRÁFICO 1:

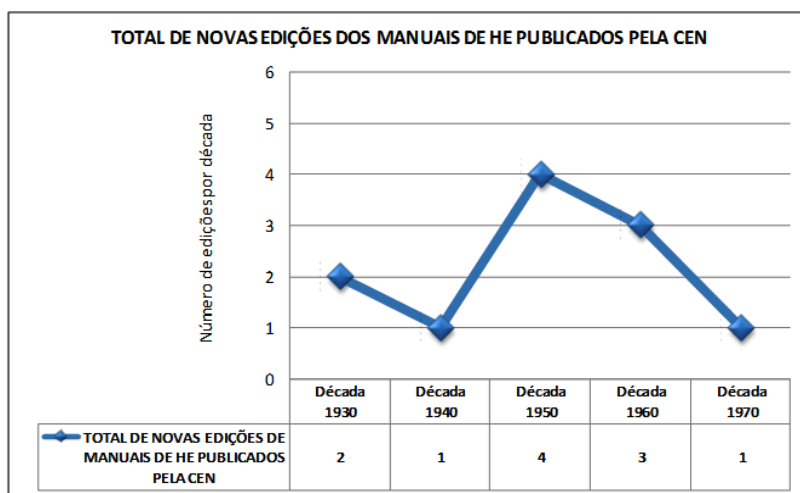


GRÁFICO 1: EDIÇÕES DE MANUAIS DE HE PUBLICADOS PALA CEN

Neste mesmo período começou a ocorrer um aumento de reimpressões, que tem seu ápice na década de 1970, como demonstrado no GRÁFICO 2:

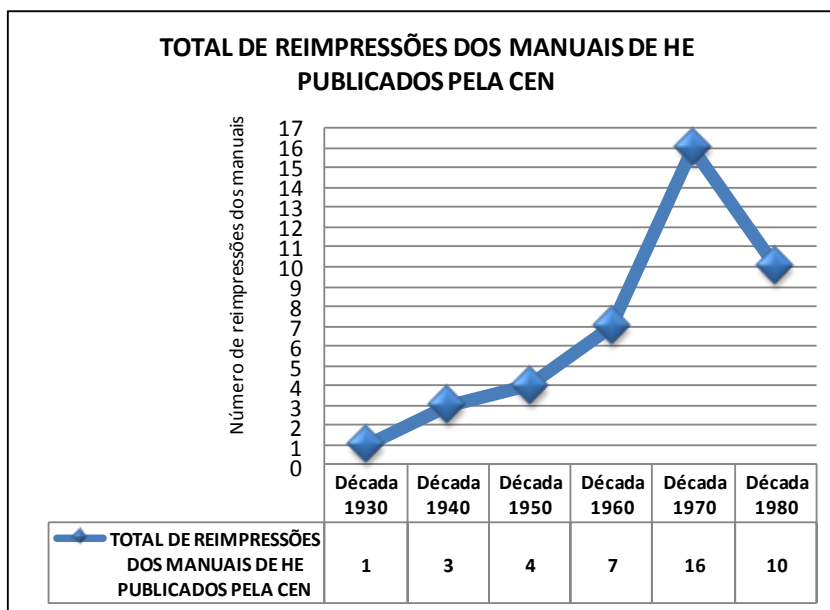


GRÁFICO 2: REIMPRESSÕES DOS MANUAIS DE HE PUBLICADOS PELA CEN

Nas décadas de 1950 e 1960 somadas às de 1970 e 1980, o espanhol Lorenzo Luzuriaga e o norte-americano Paul Monroe foram responsáveis pela maior fatia de reimpressões publicadas pela CEN. Em 1970 foram feitas oito reimpressões do manual “História da Educação e da Pedagogia” de Luzuriaga (1971, 1972, 1973, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979), e em 1980 foram seis reimpressões (1980, 1982, 1983, 1984, 1985, 1987). O manual de Monroe na década de 1970 foi reimpresso sete vezes (1970, 1972, 1974, 1976, 1977, 1978, 1979), e na década de 1980 ocorreram quatro reimpressões (1983, 1984, 1985 e 1987). Luzuriaga também foi responsável, a partir de 1950, pela maior fatia de publicações de títulos novos (quatro manuais) em relação às demais obras publicadas neste período.

Mediante o exposto, é possível observar o aumento significativo de novas edições e de reimpressões dos manuais de HE a partir de 1950. Dois acontecimentos interligados tornam-se significativos para explicar este movimento: o aumento de matrículas nas escolas primárias e o aumento de matrícula nas instituições de formação de professores.

Primeiro, com o aumento de matrículas nas escolas primárias, em meados de 1940 e 1950, e em 1970 com uma política voltada à educação básica, ocorreu um aumento das escolas e das faculdades de profissionalização do magistério voltadas para atender esta demanda. Em segundo, na mesma chave de análise, de acordo com o censo de 1940 o número de pessoas que haviam sido formadas no magistério chegou a um montante de 66.002 (6.650 homens e 59.352 mulheres). E, de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil, houve um

crescimento significativo de alunos matriculados nas Escolas Normais entre os anos de 1945 a 1971.

Devido à expansão do ensino primário, secundário, e superior em geral, os anos 1950 e subsequentes, foram marcados pelo aumento do mercado potencial de livros didáticos. Nesta conjuntura, ocorreu um aumento de materiais publicados pelas editoras a fim de atender os cursos de formação de professores. Assim, a *efetividade* anunciada como qualidade da CAP, enquanto capacidade de permanência e de continuidade – a partir da circulação de seus livros – permite ser pensada atrelada ao desenvolvimento e crescimento da oferta do ensino, bem como, às mudanças empreendidas nos cursos de formação de professores.

João Batista Damasco Penna assumiu a BPB neste contexto de mudanças. O editor formou-se na Escola Normal Caetano de Campos. Anos depois, foi convidado por Lourenço Filho para fazer parte da equipe de revisão paulista dos testes Simon – Binet e também para lecionar nas classes iniciais do Liceu Rio Branco. Também foi convidado a substituir Lourenço Filho na Escola Normal, no período em que este foi Diretor da Instrução Pública de São Paulo (1930). Damasco Penna foi secretário particular de Azevedo em 1933, quando este atuava como Diretor da Instrução Pública de São Paulo. E, fez parte da comissão organizada por Almeida Jr., para o estabelecimento de critérios de avaliação da literatura pedagógica.

Apesar de participar ativamente no movimento dos anos 1930, Damasco Penna, ao contrário de Fernando de Azevedo, não foi um intelectual de grande notoriedade. Porém, foi na gestão de Damasco Penna que, em maior número de novas edições e reimpressões, os manuais de HE sinalizaram para o aumento da utilização destes nos cursos de formação docente, e anunciaram indiretamente as mudanças que estavam ocorrendo relacionadas à expansão de cursos de formação de professores, no Brasil, desde 1950.

Após o Golpe de 1964, a Reforma Universitária de 1968 oficializou a nova estrutura curricular dos cursos de Pedagogia que se expandiria por todo o Brasil. Com a Reforma Universitária de 1968 ocorreu a interrupção das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), sendo fracionada em escolas e institutos. Na USP, o antigo Departamento de Educação, que funcionava desde 1938, integrado a Faculdade de Filosofia, passou a ser denominada em 1969 de Faculdade de Educação (FEUSP), funcionando com três departamentos: *Filosofia e Ciências da Educação*; *Metodologia do Ensino e Educação Comparada*; e *Administração Escolar e Economia da Educação*. Nesta divisão, o Departamento de Filosofia e Ciências da Educação passou a congregiar diversas especialidades: Filosofia da Educação, História da Educação, Psicologia da Educação,

Sociologia da Educação, Orientação Educacional, Orientação Profissional, Pesquisa Pedagógica, Lógica, Metodologia e Filosofia das Ciências.

Nesta nova organização o curso passou a abranger a formação de dois profissionais específicos: o *licenciado*, formado para atuar como professor no nível secundário; e o *técnico em educação*, com formação em Administração Escolar, Orientação Pedagógica, Inspeção e Supervisão de Ensino. E, neste contexto de reforma, se iniciou sistematicamente, nos cursos de Pedagogia, a introdução da disciplina de HE brasileira, que viria a ampliar a possibilidade de materiais a serem usados para tal finalidade. Segundo Tanuri (2000) a lei nº 5.692 de 1971 também apresentou mudanças substanciais para a formação de professores primários, transformando esta em uma habilitação técnica (Habilitação Específica para o Magistério).

Nesta mesma chave de análise, observa-se que a partir da década de 1970 há um acréscimo acentuado de reimpressões de manuais de HE/HP, ao mesmo tempo em que ocorre uma queda abrupta no número de novas publicações. Por hipótese, acreditamos que a queda de publicações de novos títulos, assim como o aumento de reimpressões, ocorreu devido ao processo de mudanças que começam a se evidenciar no campo da HE.

Estas mudanças passaram a legitimar diferenciadas condições de reinterpretação da história, impondo-se a descoberta de novos materiais, novos métodos de ensino, novas teorias, novas fontes, entre outras possibilidades para a HE (nacional e internacional). E, por mais que se mantivesse (ou que ainda se mantenha) o uso de reimpressões de manuais de HE/HP nos cursos de formação de professores, este quadro de mudanças passou a se tornar uma espécie de impeditivo à escrita crescente de novos manuais. O último *novo* manual publicado pela CAP sob a direção de Penna: “História da Pedagogia” de Debesse e Mialeret, acompanhou as mudanças citadas anteriormente.

Com a morte de Octalles Marcondes em 1973, a CEN passou para o BNDES, em 1975. Contudo, a editora continuou mantendo a publicação acima dos quatro títulos por ano até sua venda para o IBEP, em 1978. Após 1978, não há mais a ocorrência de novas publicações de manuais de HE feitas pela CEN, e até o final da década de 1980, foram realizadas apenas reimpressões. Entretanto, entre 1930 e 1980 foram ao todo 58 manuais de HE (entre edições e reimpressões) publicados pela CEN que estariam circulando por todo o país, em bibliotecas de educação, ou ainda em salas de aula de cursos superiores e secundários de formação docente. Fora os manuais publicados por outras editoras, não contabilizados nesta pesquisa.

Considerações finais

Uma vez escritos e saídos da editora em formato de objeto (concreto), os manuais de HE passam a existir como um *objeto* passível de circulação entre diferentes mãos e diferentes lugares. Entende-se, dessa forma, que os livros guardam em si uma história. A história da sua produção, das suas finalidades, dos seus usos. Por isso, inventariar as características da produção dos manuais de HE é um passo que consideramos fundamental para manter viva a história dos processos de formação docente e da própria história da HE.

Num processo laborioso, quando os textos de Monroe, Peixoto, Miranda Santos, Luzuriaga, Hubert, Silva, Leif e Rustin, Debesse e Mialaret tornaram-se livros de HE, garantiu-se a mercadoria, o “produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencente aos interesses do mercado” (BITTENCOURT, 2008, p. 14). Contudo, ao circularem por diferentes escolas, em diferentes países, estes manuais transformaram-se em instrumentos pedagógicos, em veículos mediadores de um sistema de valores, de ideologia, de cultura. Ambas, *forma e texto* indiciam as práticas escolares.

No caso da história da formação docente no Brasil, se produziram e se comercializaram as obras de HE com a finalidade de suprir as necessidades dos cursos para formação do professorado. Editoras e editores, atentos ao mercado escolar, abriam uma frente de publicação de manuais para atender a demanda de um novo grupo de leitores que nascia – professores e alunas dos cursos secundários e superiores de formação docente.

Neste percurso é importante destacar a significativa produção de manuais de HE publicados pela CEN que circularam no país a partir de 1930. Ao somar-se, por exemplo, a tiragem total de volumes dos manuais de Hubert, Luzuriaga e Monroe, tem-se significativamente aproximados cento e noventa e três mil volumes comercializados (193.000).

Frente a este *corpus* de análise duas questões mereceram destaque. A primeira se refere às obras estrangeiras de Hubert, Luzuriaga e Monroe que obtiveram larga tiragem no país, confirmando sua ampla circulação e a existência de um intercâmbio entre as escritas nacionais e internacionais da HE. A segunda diz respeito às trajetórias de publicação dos manuais enquanto testemunho das mudanças ocorridas no cenário educacional brasileiro: do início das suas publicações em 1930, relacionadas às mudanças ocorridas nos currículos e programas da formação docente; do ápice das reimpressões em 1970, ocasionadas pelo aumento de matrículas nas instituições secundárias e superiores de formação docente e nas escolas primárias; e da queda na produção a partir do final de 1980, relacionada às mudanças no campo da HE.

Dessa forma, ficou evidente que os manuais de HE escaparam e ganharam densidade tornando-se essenciais, como destaca Chartier:

Decifradas a partir dos esquemas mentais e afetivos que constituem a cultura (no sentido antropológico) das comunidades que as recebem, tais obras se tornam um recurso precioso para pensar o essencial: a construção de um vínculo social, a subjetividade individual, a relação com o sagrado. (1999b, p. 9).

No processo de edição destes manuais, vimos que o editor cuida de sua organização, cumprindo funções básicas como a de ser um “*director de orquesta*” dos agentes que intervêm na produção da obra, e de estar sensível aos movimentos culturais, e no caso dos manuais de HE, aos movimentos educacionais de seu tempo (REIRIS, 2005, p. 238). Certamente os criadores dos livros, os poderes ou os “*experts* sempre querem fixar sentidos e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura” (CHARTIER, 1999b, p. 9).

E a CAP, além de colaborar com a demanda do mercado escolar, desde seu início, inspirada pelos debates de 1930, *cria e recria* uma demanda própria de títulos sobre HE (e não só destes), orquestrando um conjunto de obras, autores e saberes *desenhados à luz* de uma nova cultura pedagógica para a formação de professores. Nesta história, a princípio sob o olhar de Azevedo, a CAP tornar-se-ia uma estratégia política de “penetração de determinadas representações do que deveria ser a formação do professorado” (TOLEDO, 2001, p. 207), para em seguida, com Damasco Penna, desviar-se das dimensões políticas, priorizando a *efetividade* concedida pela permanência dos manuais.

Decisivamente a editora, os editores e seus projetos, e a coleção, contribuem para a história da HE por oferecer aos historiadores fontes preciosas. Nunca é demais repetir que, o que um dia foi o novo – *livro novo* – hoje se constitui como uma importante parte da história de um campo.

Adentrando assim, no território da produção editorial, compreendemos que os manuais de HE são suportes *produtores de sentido*. Importa destacar que a publicação de manuais de HE feita pela CEN, acompanhou um contexto de mudanças sociais, culturais e políticas. Portanto, os manuais de HE em suas características materiais e estruturais, fundamentalmente revelam discursos que inter-relacionam pelo menos três grandes conjuntos de condições, como enfatiza Batista (2009a): aquelas ligadas a *fatores de ordem econômica e tecnológica*, de *ordem educacional e pedagógica* e de *ordem social e política*.

Dessarte, a história dos manuais de HE fornece elementos para entender seu papel na reprodução do conhecimento, mediante a vasta publicação e circulação dos objetos pelos mais variados cursos de formação de professores.

¹ Batista em seu texto: “O conceito de ‘livros didáticos’ ”; in: BATISTA; GALVÃO (2009), traz a tradução de citações da obra de Choppin, intitulada “Les manuels scolaires: histoire et actualité”, Paris: Hachette Éducation 1992.

MANUAIS

BASTOS SILVA, Geraldo. *A Educação Secundária*. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.94).

DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. *Tratado das ciências pedagógicas 2: História da pedagogia*. Tradução de: RIZZI, Carlos; DAMASCO PENNA, Luiz e DAMASCO PENNA, J. B. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.114).

HUBERT, René. *História da Pedagogia*. Tradução de: DAMASCO PENNA, Luiz e DAMASCO PENNA, J. B. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.66).

LEIF, Joseph; RUSTIN, Georges. *Pedagogia Geral: pelo estudo das doutrinas pedagógicas*. Tradução de: DAMASCO PENNA, Luiz e DAMASCO PENNA, J. B. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.75).

LUZURIAGA, Lorenzo. *A Pedagogia Contemporânea*. Tradução de: BECKER Idel. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.53).

_____. *História da Educação Pública*. Tradução de: DAMASCO PENNA, Luiz e DAMASCO PENNA, J. B. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, trad. Lólio Lourenço de Oliveira, 1959. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.71).

_____. *Pedagogia Social e Política*. Tradução de: DAMASCO PENNA, Luiz e DAMASCO PENNA, J. B. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.77).

_____. *História da Educação e da Pedagogia*. Tradução de: DAMASCO PENNA, Luiz e DAMASCO PENNA, J. B. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.59).

MIRANDA SANTOS, Theobaldo. *Noções de História da Educação*. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. (Edição Ilustrada). (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.43).

MONROE, Paul. *História da Educação*. Tradução de: AZEVEDO, Nelson Cunha de. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.34).

PEIXOTO, A. *Noções de História da Educação*. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. (Coleção Atualidades Pedagógicas, v.5).

REFERÊNCIAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. O conceito de “livros didáticos”. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009a.

-
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CHARTIER, Roger. *El Mundo como Representación. Historia cultural: entre práctica y representación*. 2.ed. Barcelona: Gedisa, 1990, p.I-IX.
- _____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução de: MORAES, Reginaldo de. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999a.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de: PRIORI, Mary del. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999b.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. VILLALOBOS, Maria da Penha; OLIVEIRA, Lourenço de. e SOUZA, Geraldo Gerson de. 2.ed. rev. ampl. São Paulo: Editora da USP, 2005.
- LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- REIRIS, Adriana Fernández. *La importancia de ser llamado "libro de texto": hegemonia y control del currículum en la aula*. Madrid: Miño y Dávila, 2005, p. 223-262.
- TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: *Revista Brasileira de Educação: 500 anos de educação escolar*. Campinas, São Paulo, n. 4 (especial), p.61-88, mai/jun/jul/ ago. 2000.
- TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. 2001. 324f. Tese (Doutorado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.